



AST

CL

Reunião Ordinária – Ata nº 17/2012

Data – 2012-09-10

Início – 14.30 horas

Local – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo – 18.26 horas

Presenças:

Presidente Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque

Vereadores Rui Miguel dos Santos Serrano
Celeste Maria Ferreira Riachos Simão
Manuel Jorge Séneca Valamat

A Assistente Técnica – Ana Paula Aires Marques



Resumo Diário da Tesouraria de 07-09-2012:

a) Dotações Orçamentais..... €2.147.645,03
b) Dotações não Orçamentais..... €136.538,05

Total das Disponibilidades €2.284.183,08



A Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram catorze horas e trinta minutos, dando início ao período de intervenção aberto ao público.



PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

(Lei nº 169/99, de 18 de setembro, Artigo 84º nº 7, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de janeiro)

Esteve presente o munícipe João Maria Barquinha, para obter esclarecimentos acerca de um assunto que se arrasta desde 2009, relativo à destruição um jazigo no cemitério de Souto, Abrantes, na sequência da intempérie que ocorreu no dia 23 de dezembro do referido ano.

O munícipe procedeu à leitura de um documento a expor toda a situação e a manifestar o seu desagrado e indignação, pelo facto do assunto ainda não se encontrar resolvido.

De seguida, referiu que gostaria também de perguntar ao vereador Santana-Maia Leonardo, o que é que já fez para resolver o seu caso, conforme havia prometido.

A Presidente da Câmara começou por explicar que na reunião de câmara não se tratam de questões político-partidárias, mas sim das funções de cada um no executivo para o qual estão mandatados, quer seja com funções no executivo, quer seja na oposição.

Quanto à questão que pretende colocar ao vereador Santana-Maia Leonardo, referiu que o mesmo é da oposição e não tem funções executivas, no entanto se o mesmo entender, responder-lhe-á à pergunta colocada.

Posteriormente esclareceu que, a gestão dos cemitérios é da responsabilidade da autarquia, com exceção dos cemitérios de Santa Catarina, o de São João, o do Rossio ao Sul do Tejo e de Alferrarede, este último sob gestão da Junta de Freguesia através de protocolo estabelecido com a Câmara Municipal. Todos os outros cemitérios que existem no concelho são da responsabilidade do povo.

Explicou que a autarquia o que tem feito ao longo dos anos é colaborar com as juntas de freguesia, na realização de algumas obras de melhoria e ampliações.

Relativamente ao processo em causa, referiu que não se revê de todo no que são as palavras do munícipe, até porque a câmara municipal depois de ter sabido do seu problema contactou de imediato com a junta de freguesia para saber o que estava em causa, tendo a mesma informado, que recebeu no dia 29 de dezembro de 2009, um ofício da família, a solicitar apoio financeiro para reconstrução do jazigo que ficou destruído no cemitério do Souto, em virtude da queda de uma árvore na sequência de uma intempérie que aconteceu nessa altura.

Em face disso, a junta de freguesia solicitou à câmara municipal apoio jurídico para responder aos proprietários das sepulturas e dos jazigos que foram danificados e que exigiram à Junta de Freguesia que se responsabilizasse pelos danos ocorridos. Para além disso, solicitou também informação sobre possíveis financiamentos que pudessem apoiar os referidos proprietários.

Perante o solicitado, referiu que a câmara municipal respondeu à junta de freguesia, dando conta dos procedimentos que a junta de freguesia devia prosseguir e dando conta que também deviam comunicar a situação ao então Governo Civil, a quem competiam responsabilidades nesta matéria. Disse também que, no dia 13 de abril de 2012, foi aprovado na reunião da Assembleia de Freguesia do Souto, uma proposta de apoio à família do jazigo designadamente, João Barquinha e Teresa Barquinha nos seguintes moldes:

- Isenção de custos a nível da remoção dos destroços, 240,00€;
- Isenção de custos de abertura de sepultura, 120,00€;
- Isenção do pagamento de taxas de 50% no valor de 1.250,00€, numa futura venda do terreno do jazigo de acordo com o regulamento de taxas;
- Cedência de uma sepultura perpétua para o defunto.

Referiu igualmente que a autarquia teve conhecimento que no dia 28 de abril de 2012, houve uma nova deliberação da Assembleia de Freguesia do Souto sobre este assunto, porque não houve entendimento entre as partes, tendo havido uma reformulação dos seguintes incentivos:

AS
P1

- Isenção de custos a nível da remoção dos destroços, 240,00€;
- Isenção de custos de abertura de sepultura, 250,00€;
- Isenção do pagamento de taxas de 50%, numa futura venda do jazigo de acordo com o regulamento de taxas e de acordo com a capacidade de cavação da Assembleia de Freguesia;
- Cedência de uma sepultura perpétua para o defunto, sendo que, quando realizassem a venda do terreno do jazigo, não pagariam o valor da sepultura, no valor de 500,00€.

Sobre este assunto, disse também que a Junta de Freguesia desenvolveu contactos junto do governo civil, que entretanto foi extinto, para que esta situação fosse coberta pelo fundo de emergência nacional, o que não veio a acontecer.

Disse ainda que a Câmara Municipal fez tudo o que era possível para resolver a situação e que a Junta de Freguesia do Souto também se empenhou dentro do que eram as suas possibilidades.

Perante tudo o que foi esclarecido, aconselhou o munícipe a dirigir-se à Junta de Freguesia do Souto, para poder ser elucidado de todas as questões que ainda o continuam a assistir, ou então à Assembleia de Freguesia.

O vereador Santana-Maia Leonardo referiu que os vereadores do PSD têm um blog onde divulgam semanalmente todas as suas intervenções e atividades, pelo que ninguém de boa fé pode alegar que desconhece o trabalho desenvolvido. Se não sabe, informe-se e tem uma maneira muito fácil de o fazer: basta consultar o blog.



Esteve também presente um grupo de moradores da freguesia de São Facundo, representados pelo Presidente da Junta de Freguesia e pelo representante da Comissão de Pais da freguesia de São Facundo, João Marchante, que em nome de todo o grupo, entregou uma petição, a solicitar à Presidente da Câmara os seguintes esclarecimentos:- 90056

"1 - É ou não a favor da escola se manter aberta?

2 - Queremos que a Câmara se comprometa em manter a escola aberta até à revisão da carta educativa."

A Presidente da Câmara começou por agradecer a presença de todos os presentes, para poder elucidar todos os cidadãos em definitivo sobre este assunto e referiu que lamenta o facto de, durante o período de tempo em que foram convocando os encarregados de educação, os Presidentes de Junta de Freguesia, aquando da discussão pública sobre o centro escolar de Bemposta, nessa altura não se tenham feito representar.

Aludiu que este processo foi conduzido de forma limpa, transparente, sem mentira, contrariamente aquilo que têm vindo a trazer a público.

Em primeiro lugar, começou por fazer referência à Carta Educativa, aprovada por unanimidade pela Câmara Municipal no dia 26 de março de 2007 e, posteriormente, por maioria na Assembleia Municipal, tendo a mesma sido homologada pelo Ministro da Educação em 29 de maio de 2007, após parecer da Direção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo (DRELVT). No parecer emitido pela DRELVT ficou a recomendação de que deveria ser feito um esforço adicional de concentração do parque escolar, de modo a evitar-se a vinculação dos

AS
EL

edifícios a um único nível de ensino, tal como definido pela Lei de Bases, onde se estabelece que o parque de educação pré-escolar e do ensino básico deveria ser constituído por estabelecimentos de tipologia EBI/JI e EB1/JI.

Referiu também que a carta educativa é um instrumento de planeamento que está ligado ao PDM- Plano Diretor Municipal e toda a estratégia que é definida ao nível do PDM é para ser cumprida, sob pena de existirem problemas sérios para a Câmara Municipal.

Disse também que o ordenamento da rede educativa tem por base um conjunto de pressupostos que para além do número de alunos, incluem também a tipologia dos estabelecimentos de ensino.

Mais disse que a competência para a elaboração da carta educativa é da Câmara Municipal, sendo aprovada pela Assembleia Municipal após discussão e parecer do Conselho Municipal de Educação. As cartas educativas são custeadas em partes iguais pelas câmaras municipais e, pelo Ministério da Educação, que definem previamente a metodologia a utilizar, nomeadamente no que se refere à sua revisão que deverá ocorrer de cinco em cinco anos - no caso de Abrantes, este prazo cumpre-se precisamente este ano.

Informou ainda que a revisão da carta educativa foi aprovada pelo Conselho Municipal de Educação, a 14 de julho de 2010 e em reunião de Câmara, a 30 de agosto de 2010, dentro dos prazos previstos na lei.

A Câmara tomou posse em outubro de 2009 e no dia 21 de dezembro desse ano, aprovou o lançamento de ajuste direto de serviços para elaboração dos centros escolares de Bemposta, Alferrarede e Rio de Moinhos. No dia 28 de junho de 2010, este processo foi apresentado aos presidentes de Junta e associações de pais que quiseram estar presentes, bem como, ao representante do agrupamento de escolas D. Miguel de Almeida, agrupamento que detém o projeto educativo para todas as escolas, incluindo a de São Facundo e os respetivos estabelecimentos escolares.

Informou também que no dia 13 de setembro de 2010, a Câmara Municipal aprovou por unanimidade o projeto base para o centro escolar de Bemposta, que contemplava como uma das suas condições, o acolhimento dos alunos da escola de São Facundo e Brunheirinho, como previsto na carta educativa, e da escola de Vale das Mós dado que esta tinha atingido o número mínimo de alunos, de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros 44/2010.

Mais informou que no dia 27 de setembro de 2010, o projeto foi aprovado e no dia 4 de outubro do mesmo ano, foi feita a sua apresentação à comunidade educativa, pais, presidentes de junta, representantes do agrupamento de escolas e coordenadores de estabelecimento. No dia 18 de outubro de 2010, foi apresentado um parecer favorável por parte do Gabinete de Estatística e Planeamento de Educação do Ministério da Educação, para a construção dos centros escolares, nomeadamente o de Bemposta. A Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, a adjudicação da construção do centro escolar de Bemposta e a única intervenção que houve acerca deste assunto foi dos vereadores do PSD que, pese embora tenham votado favoravelmente, apresentaram uma declaração de voto, que nada tinha a ver com a localização dos centros escolares, mas sim com a situação económico-financeira do país.

Informou também que a construção do centro escolar de Bemposta só foi possível, porque o Ministério da Educação autorizou, de acordo com a carta educativa e com o financiamento do QREN.

De seguida, referiu que no dia 23 de setembro de 2010, a Câmara Municipal recebeu, do Presidente da Junta de São Facundo, uma petição que fazia referência à carta educativa do

APT
li

concelho de Abrantes e em que pedia para a mesma ser revista, mas essa altura, já a Câmara Municipal tinha deliberado sobre a sua revisão. Mais referiu que a Carta Educativa não é construída com base nas escolas com poucos alunos que vão ser encerradas. O que o Ministério solicitou, foi que fosse feita a rentabilização de todos os equipamentos que fazem parte da rede educativa, sendo que a essa altura, os dados que estavam disponíveis para a construção do centro escolar de Bemposta eram os seguintes:

- População de São Facundo, 1.133 habitantes;
- População de Vale das Mós, 747;
- População de Bemposta, 2.252.

Informou também que quando se avançou para a revisão da carta educativa, foram aconselhados a que o processo de revisão tivesse em atenção os resultados dos Censos 2011 que, como todos sabem, estarão disponíveis no último trimestre de 2012.

Na altura, foi respondido ao Presidente da Junta de Freguesia de São Facundo e à Assembleia Municipal, que a revisão da Carta Educativa estava aprovada e que a mesma iria avançar.

Disse também que a manutenção da Escola de São Facundo não dependia da autarquia, uma vez que ela estava prevista num instrumento estratégico vinculativo - a Carta Educativa - e, como tal, o que estava na génese do centro escolar de Bemposta, era a transferência de alunos para Bemposta, incluindo os alunos do pré-escolar.

De seguida, deu conta da existência de um conjunto de informações trocadas entre a Câmara Municipal e a DRELVT, que passou a ler na íntegra.

Deu também conhecimento que a câmara municipal recebeu no dia 31 de julho de 2012, dois ofícios da DRELVT, dando conta do despacho do Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, que encerrava definitivamente as escolas Básicas Raúl Figueiredo, Brunheirinho, Vale das Mós e Martinchel, uma vez que estas se encontravam a funcionar excecionalmente, e que neste momento já possuíam centro escolar para acolhimento.

No dia 7 de agosto de 2012, recebeu a câmara municipal listagem dos estabelecimentos de educação e ensino extintos, Com as respetivas datadas de homologação, 17 de Julho e 19 de Julho no caso do JI do Tramagal, e entre as quais se incluía a escola básica de São Facundo, que passaria a integrar o novo centro escolar de Bemposta.

No dia 30 de julho de 2012, foi ainda concedida uma autorização excecional de funcionamento para o ano letivo 2012/2013 à Escola Básica de Concavada, por ainda não estar construído o centro escolar das freguesias de Alvega e Concavada, não havendo assim, melhores condições para oferecer a estes alunos.

No dia 5 de setembro de 2012, a câmara municipal enviou uma resposta à DREL, relativamente a questões que foram colocadas, depois da providência cautelar interposta pela Junta de Freguesia de São Facundo, tendo procedido à sua leitura.

Aludiu que a Câmara Municipal fará tudo para que as crianças sejam acolhidas condignamente numa nova escola e com todas as condições.

Referiu também que as mudanças são sempre difíceis e nem sempre recebidas de bom agrado por parte da comunidade, mas frisou que este processo não começou agora, já vem sendo trabalhado desde antes de 2007. Como é possível constatar, a resposta da autarquia à DRELVT é perentória, ou seja, à Câmara Municipal não compete decidir sobre o encerramento da escola, compete sim, criar as condições que foram pedidas e essas estão criadas.

Deu ainda conhecimento das competências pelas quais a câmara municipal se rege relativamente a matérias no âmbito da Educação.

AT

cl

O vereador Carlos Arês começou por dizer que esta situação não começou há um mês atrás, mas começou torto e vai acabar torto.

Referiu que a Câmara Municipal não foi transparente neste processo e neste momento tem condições para o afirmar.

A Câmara Municipal conduziu este processo de uma forma programática, estratégica, sabia o que queria, estava por dentro dos órgãos, sabia o que pensava a direção do agrupamento de escolas D. Miguel de Almeida, sabia como é que as coisas se processavam com a DREL e conduziu as coisas de forma a levar a que fosse a DRELVT a tomar a decisão de encerrar a escola de São Facundo.

Disse também que a DRELVT não encerra escolas sem ser em concordância com os municípios e provavelmente se a senhora Presidente e a senhora vereadora não tivessem reagido às notícias publicadas nos jornais, conforme reagiram, a escola de São Facundo este ano não teria encerrado. A Carta Educativa é ela própria um documento estratégico, que diz como é que deve ser apreciada e como é que deve ser conduzida a política para a respeitar e impõe, ela própria, uma monitorização permanente. Foi elaborada numa altura em que o número mínimo de alunos era praticamente metade do que hoje é o mínimo para funcionar e em que São Facundo estava abaixo desse mínimo. A freguesia de São Facundo recuperou alunos e essa questão não foi tida em consideração em momento algum.

Para se saber se a escola de São Facundo tinha, ou não, condições para continuar a existir hoje, era preciso que tivesse sido feito um estudo e o mesmo não foi feito.

Referiu que não reconhece nem a si, nem aos outros membros do executivo, o direito de dizer à população de São Facundo o que é melhor para os filhos deles e, por isso, deveria ter existido um estudo fundamentado que legitimasse esta situação.

Mais referiu que a Câmara Municipal desconhecia a existência da Associação de Pais desde 2010 em São Facundo e que as pessoas daquela localidade não são letradas nem instruídas, neste tipo de procedimentos.

Referiu igualmente que, o Presidente da Junta de Freguesia não votou contra a construção do Centro Escolar de Bemposta, como ele próprio também não votou, com o intuito de garantir o funcionamento da escola de São Facundo. O contrário é que aconteceu - programaram a construção do referido centro escolar, já sabendo que isso iria levar ao encerramento da escola de São Facundo e não abriram o jogo sobre isso.

Disse que o que levou a senhora Vereadora à reunião na escola de São Facundo, em 19 de junho de 2012, e que na altura não reconheceu, foi o que hoje foi reconhecido pela senhora Presidente, foi no sentido de dar o melhor acolhimento às crianças em Bemposta. Mas na altura, não foi isso que a senhora vereadora foi dizer na reunião, mas era o que queria que acontecesse. Hoje continuam a dizer que o encerramento da escola de São Facundo é da responsabilidade da DRELVT, sabendo que a mesma só tomou essa decisão, que ainda não se sabe se vai acontecer, ou não, uma vez que se aguarda pela decisão do Tribunal, porque a Câmara Municipal de Abrantes, a levou a tomar essa decisão e porque não quis rever a Carta Educativa a tempo, e ainda, mesmo com o Centro Escolar aprovado e com a construção feita, se a Câmara Municipal não se tivesse mexido, objetivamente, a DRELVT não tomava esta decisão de encerramento.

Os vereadores do PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, apresentaram a seguinte declaração, a propósito do encerramento da escola de São Facundo:

AS
01

"Como certamente todos ainda estão recordados, no ano de 2010, no seguimento do anunciado encerramento da escola de Alvega, os vereadores e deputados do PSD fizeram diversas intervenções, quer nas reuniões da câmara, quer na Assembleia Municipal, contra a política socialista de esvaziamento das freguesias, designadamente com o encerramento das escolas nas freguesias.

Numa dessas intervenções dissemos o seguinte que passamos a transcrever:

«Hoje "o superior interesse das crianças" é o chavão com que os mais cínicos enchem a boca para justificar aquilo que não é nem do interesse das crianças, nem dos pais, nem do país. É óbvio que, do ponto de vista individual, a cidade e, em última instância, a capital oferecem ao cidadão melhores condições e mais oportunidades a todos os níveis (educação, profissão, lazer, etc).

No entanto, do ponto de vista coletivo, é absolutamente essencial o (re)povoamento do território e o combate à desertificação do interior. Ou seja, para que a qualidade de vida das pessoas que vivem na cidade e na capital seja sustentável a médio prazo, é necessário que as aldeias e freguesias do interior se mantenham povoadas.

Ora, se a vida na cidade oferece melhores condições e mais oportunidades ao cidadão, tal significa que quem vive na cidade tem de aceitar pagar o preço para que a fixação de pessoas no interior seja atrativa e estas se sintam compensadas desse seu sacrifício pelo bem de todos.

Isto não significa, obviamente, que a escola só por si garanta a fixação das pessoas nas freguesias rurais. Mas a escola é o mínimo que se pode oferecer a quem aí aceitar viver. Sendo certo que as contrapartidas a pagar às populações que aceitem viver nas freguesias rurais não se pode resumir à escola. Tem de se lhes conceder vantagens na compra de habitação, no acesso à saúde e à educação, nos transportes, oferecer-lhes equipamentos de lazer e de ocupação de tempos livres, conceder-lhes benefícios e isenções fiscais, etc.

E só desta forma, criando condições à fixação das populações nas freguesias rurais do interior do país, se pode, em boa verdade, falar do superior interesse das crianças: crescer num país com futuro."

Acontece que, nem na câmara, nem na Assembleia, nem no concelho, as nossas intervenções e chamadas de atenção encontraram qualquer eco, nem das outras forças políticas, nem das associações de pais, nem dos cidadãos em geral.

Pelo contrário, ficámos literalmente a pregar no deserto, enquanto as restantes forças políticas defendiam o teor da Carta Educativa aprovada, em 2007, na Câmara e na Assembleia Municipal.

Entretanto, e com vista a dar cumprimento à tal Carta Educativa e resposta à reduzidíssima taxa de execução do QREN (facto que relevámos quando da aprovação do orçamento para 2011), deu-se início à construção dos Centros Escolares, cuja construção, saliente-se, apenas se justificava com o encerramento das escolas nas freguesias rurais, designadamente da escola de S. Facundo.

Parece agora extemporâneo que se venha levantar esta questão precisamente quando o Centro Escolar já está construído e a funcionar.

Não podemos esquecer que o Centro Escolar foi construído com o dinheiro de todos nós e que a sua dimensão teve por base a sua taxa de ocupação.

Como é óbvio, a boa administração do dinheiro de todos nós exige que os cidadãos e as forças políticas se mobilizem antes das decisões estarem tomadas e executadas e, não,

a posteriori, à boa maneira portuguesa e com os resultados que todos conhecemos e estamos a sofrer na pele."

A vereadora Celeste Simão usou da palavra para prestar alguns esclarecimentos, na sequência de questões levantadas pelo vereador Carlos Arês.

Começou por dizer que a reunião do dia 19 de junho de 2012, foi uma das tarefas mais difíceis que teve, desde que tomou posse. Esta não foi a primeira reunião que fez e sempre foi clara e transparente em tudo o que tem dito, pelo que, nunca colocou em causa a Câmara Municipal face aos esclarecimentos que tem prestado por todo o concelho e em todas as escolas.

Referiu que conversou, diversas vezes, com o Presidente da Junta de Freguesia, quando este a interpelava sobre a escola de São Facundo e o que sempre lhe disse, foi para aguardar, porque ainda não sabia em concreto o que ia acontecer com a referida escola, mas sempre o alertou para o facto da Carta Educativa prever o encerramento da escola de São Facundo após a construção do centro escolar de Bemposta.

Relativamente à reação da câmara face às notícias que foram publicadas nos jornais, esclareceu que foi ela própria que contactou com a DRELVT, porquanto ficou preocupada com o assunto, tendo em conta que algumas escolas já se encontravam distribuídas pelos centros escolares e não se poderia colocar em causa todo o trabalho já realizado.

Disse desconhecer o motivo pelo qual uma das homologações estava datada de 19 de julho de 2012, e as outras de 17 de julho de 2012, devendo essa questão ser colocada ao Secretário de Estado do Ensino e Administração Escolar.

Sobre o seu desconhecimento face à existência de uma Associação de Pais em São Facundo, disse que também o próprio agrupamento, do qual faz parte a escola de São Facundo, desconhecia a sua existência.

Explicou também que não se deslocou a São Facundo para a realização de uma reunião, conforme havia sido solicitado pela representante da Associação de Pais de São Facundo, uma vez que, a essa altura, não tinha quaisquer elementos para transmitir a quem estivesse na reunião, pelo que se prontificou a receber a referida representante na Câmara Municipal, no entanto, a mesma considerou não ser oportuno e essa reunião acabou por não se realizar.

No que diz respeito ao projeto Mocho XXI" e porque se têm vindo a servir do mesmo para fundamentar a manutenção do funcionamento da escola, esclareceu que o referido projeto não foi escolhido para a escola de São Facundo e não que era da competência da autarquia a colocação de professores. No entanto, foi o professor que na altura lecionava na escola e não o que se encontra atualmente, que se disponibilizou para avançar com o projeto. Reforçou ainda que todas as escolas do concelho estão equipadas com equipamento informático e que existe um computador para cada dois alunos.

Clarificou também que existem no concelho outras escolas a funcionar a tempo inteiro e que as refeições têm uma cobertura total.

Disse ainda que existe uma questão que não pode ser esquecida, que está na dependência do Ministério da Educação e que são as propostas de agregação dos agrupamentos, referindo que não se pode agora estar a correr o risco de rever as cartas educativas para no mês seguinte estarem desatualizadas. Mais referiu que, neste momento, a Câmara Municipal aguarda indicações também por parte do Ministério da Educação quanto à reorganização dos agrupamentos de escola.

ADT

01

Por fim, questionou se a Associação de Pais de São Facundo possui algum estudo que comprove que, nos próximos quatro anos, o número de crianças na escola de São Facundo não vai reduzir e que, caso ele exista, q gostaria de ter acesso ao mesmo.

O vereador Carlos Arês interveio de novo, para dizer que a conclusão das obras do centro escolar de Bemposta, não implicava automaticamente o encerramento da escola de São Facundo e ainda que a carta educativa deveria ser revista, no sentido de incluir Vale das Mós no centro escolar de Bemposta e, eventualmente, esperar para ver qual era a evolução da escola básica de São Facundo.

A Presidente da Câmara referiu que tem sido passada informação errada para os pais e para a comunidade, que importa esclarecer.

Existe uma carta educativa que tem um valor legal. Relativamente à questão de Vale das Mós, desconhece o que esteve na génese da decisão de requalificação da escola. O que sabe relativamente a esse assunto, é que existe uma resolução do Conselho de Ministros, onde é referido que as escolas com menos de 21 alunos têm de encerrar e o que a Câmara fez, foi pedir autorização excecional de funcionamento, uma vez que a mesma tem menos de 21 alunos e não possui centro escolar para acolhimento.

Por último, referiu que não é possível solicitar o excecionamento para a escola de São Facundo, pelo facto de não existir fundamento legal para o efeito, uma vez que de acordo com o Movimento Anual da Rede Escolar esta escola deve ser transferida para o Centro Escolar da Bemposta.

O munícipe Luis Chambel, residente em Barrada, usou da palavra para dizer que não está de acordo com tudo o que foi apresentado pela Presidente da Câmara, relativamente à escola de São Facundo e procedeu à entrega de um documento, onde é feita uma exposição acerca do assunto e para qual solicitou a atenção da Câmara Municipal.

□□

Esteve igualmente presente o munícipe Joaquim Moreira, residente em Martinchel, Abrantes, para contestar algumas situações daquela freguesia que, em seu entender, não estão muito bem, nomeadamente, a situação do polidesportivo daquela localidade, referindo que não se admite que os jovens tenham de pagar 1,50€ pela sua utilização.

A Presidente da Câmara referiu que a Câmara Municipal entendeu o teor da sua intervenção e agradeceu a presença do munícipe.

□□

A Presidente da Câmara deu por encerrado o período de intervenção aberto ao público, tendo-se passado ao ponto seguinte.

AST
01

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA

(Artigo 86º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de janeiro)

PRESIDENTE DA CÂMARA

Nº 42 - A Presidente da Câmara, apresentou o ofício nº 1060 da Palha de Abrantes - Associação de Desenvolvimento Cultural, datado de 29 de agosto de 2012, a solicitar uma Declaração de Interesse Público Municipal, referente aos projetos de preservação e recuperação de práticas e tradições culturais, inserido na Ação 3.2.1 - Conservação e Valorização do Património Rural, "Arqueologia Industrial", do subprograma 3 do ProDer - Abordagem LEADER. - 87429

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, emitir Declaração de Interesse Público Municipal referente aos referidos projetos e submeter à aprovação da Assembleia Municipal.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 43 - A Presidente da Câmara, apresentou uma informação do Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo, datada de 10 de setembro de 2012, acerca do pedido da firma "VDF Vale de Ferreiros - Agro-Turismo, Lda.", a solicitar a Declaração de Interesse Público Municipal, referente à instalação de dois picadeiros descobertos, numa área aproximada de 6.000 m2 do Artigo 111, da Secção R da freguesia de Pego, Abrantes. - 88215

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, emitir Declaração de Interesse Público Municipal referente à instalação de dois picadeiros descobertos, numa área aproximada de 6.000 m2 do Artigo 111, da Secção R da freguesia de Pego, Abrantes, nos termos da referida informação do Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo e submeter à aprovação da Assembleia Municipal.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.

AS
Cl

Nº 44 – Apresentou também uma informação subscrita pelo Diretor de Departamento de Administração e Finanças e pela Técnica Superior do Serviço de Contencioso, Notariado e Contratos, datada de 3 de setembro de 2012, acerca da renovação do contrato de cedência de exploração do restaurante/bar situado no Parque Urbano de Abrantes, celebrado entre o Município de Abrantes e Trincanela – Snack-Bar Pastelaria, Lda.

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Tendo em conta que de acordo com o ponto 1.2.1 das normas de concurso a cedência de exploração vigora por um período de seis anos, renovável por períodos iguais, e tendo em vista a dinamização do espaço conseguida através do montante de investimento já efetuado e do que se perspetiva efetuar, designadamente pela apresentação de candidatura ao PRODER, que exige tempo mínimo de amortização, mesmo tendo em conta o contexto de recessão, admite-se que, ponderado o interesse público conforme referido, a Câmara Municipal delibera por unanimidade, a intenção de não resolver o contrato de cedência de exploração, em vigor até 2017, com renovação automática, por mais um período de 6 anos, exceto se se verificarem algumas das condições rescisórias, imputáveis à cessionária, e previstas no ponto 5.2. das normas de concurso, e desde que se faça a manutenção dos espaços em boas condições, incluindo a final do contrato.

Quanto ao acréscimo de espaço a utilizar, deve seguir o valor do arrendamento para espaços já submetidos a esse regime, ou da ocupação de espaço público se se verificar a implantação de equipamento em espaço livre, sempre condicionada à aprovação da Câmara. Propõe-se a aprovação da minuta de contrato de arrendamento dos espaços previsivelmente a arrendar.

Quaisquer obras serão da responsabilidade do promotor, terão que ser aprovadas pela CMA, não dando, por outro lado, causa a indemnização ou compensação à Empresa por parte do Município, quando as receber, no fim do contrato de cedência.



Nº 45 – A Presidente da Câmara, apresentou para aprovação, a minuta de contrato de arrendamento, a celebrar entre o Município de Abrantes e Trincanela – Snack-Bar Pastelaria, Lda., referente a um espaço com a área de 231 m², bem como 3 salas com 93,30m², situado no Parque Urbano de Abrantes, pelo valor mensal de 500,00€ (quinhentos euros).

O pagamento da renda só terá lugar após a utilização/ocupação efetiva do espaço, nomeadamente no início das obras.

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovar a referida minuta de contrato de arrendamento, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.

AT
CL

Nº 46 – Apresentou um pedido dos Bombeiros Municipais de Abrantes, a solicitar a cedência de transporte, para se deslocarem às comemorações da 5ª Edição do Dia Nacional do Bombeiro Profissional, que este ano se realiza na Figueira da Foz, no dia 11 de Setembro de 2012.

Informam também que só irão estar presentes no referido evento, os Bombeiros que não estejam de serviço.

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, autorizada a pretensão.



Deu conhecimento da seguinte mensagem ao dispositivo especial de combate a incêndios florestais:

"No decurso de dias particularmente desafiantes para o esforço coletivo de combate aos incêndios florestais, Suas Excelências o Primeiro-Ministro, o Ministro da Administração Interna e o Secretário de Estado da Administração Interna, efetuaram hoje visita de trabalho ao Comando Nacional de Operações de Socorro, em Carnaxide, onde se inteiraram da situação operacional presente, tendo, também, transmitido uma mensagem de apreço pelo esforço de quantos integram o Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais - DECIF-2012.

Desta forma, e conforme desejo expresso por S.E. o Primeiro-Ministro, a todos os agentes de proteção civil e forças cooperantes no combate aos incêndios florestais, personalizados por todas as mulheres e homens que a essa missão se entregam, dá-se conhecimento do reconhecimento e confiança manifestados pelo Governo de Portugal, que acompanha com proximidade, através da Autoridade Nacional de Proteção Civil, todo o esforço desenvolvido nestas e em todas as ocorrências de proteção e socorro, a todos desejando a continuidade dos elevados níveis de desempenho e motivação já demonstrados."

Tomado conhecimento.



A Presidente da Câmara, deu também conhecimento que o ministro da Administração Interna, Miguel Macedo, distinguiu a título póstumo, dois bombeiros portugueses mortos este ano em serviço com a medalha de mérito de proteção e socorro, segundo uma portaria publicada em Diário de República, no dia 5 de setembro de 2012.

Uma das pessoas distinguidas foi a bombeira Paulina Maria Gonçalves Pereira, dos Bombeiros Municipais de Abrantes, que morreu no passado mês de julho, na sequência do despiste do veículo em que seguia, para combater um incêndio florestal em Vale das Mós.

Tomado conhecimento.

Ata da reunião de -10- de setembro de 2012

787
01

A Presidente da Câmara, deu igualmente conhecimento que o Ministro da Administração Interna, Miguel Macedo, informou que, o governo autorizou a dispensa de funcionários públicos que sejam bombeiros voluntários, para ajudarem no combate a incêndios.



Informou que no próximo dia 19 de setembro de 2012, será recebida na Câmara Municipal, uma comitiva de Mioveni, Roménia, com vista a uma possível geminação.



Deu conta de um conjunto de iniciativas que foram tomadas pela Câmara Municipal, para o arranque do novo ano escolar, nomeadamente ao nível de, auxílios económicos, parcerias para as atividades de enriquecimento curricular, apoio à família, prolongamento do horário nos novos centros escolares, transportes escolares, refeições escolares, colocação de pessoal não docente, que em termos do orçamento municipal ronda o valor de 1.400.000,00€ (um milhão e quatrocentos mil euros), para fazer face a toda esta intervenção em matéria de educação.



Por último, fez referência ao concurso nacional de acesso ao ensino superior, cujos resultados foram conhecidos no passado fim-de-semana e referiu que, em relação à ESTA – Escola Superior de Tecnologia de Abrantes, foram abertas nesta 1ª fase 120 vagas e preenchidas 49, sendo que o curso de comunicação social e o curso vídeo e cinema documental, foram os mais requisitados.

Mais referiu que à semelhança do panorama geral, os números não são animadores, no entanto, aguarda-se pela 2ª fase e pelas entradas que se façam após estas duas fases, que são os mais 23.



VEREADORA CELESTE SIMÃO

Nº 47 - A vereadora Celeste Simão apresentou um pedido da Comissão de Festas da Unimaxial, a solicitar a cedência das instalações da escola primária de Maxial, para a realização de um evento no dia 6 de outubro de 2012.

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, autorizada a pretensão, mediante a dispensa do pagamento das respetivas taxas.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.

ADP
L

A vereadora Celeste Simão deu conhecimento que nas manhãs dos dias 14 e 17 de setembro de 2012, serão realizadas visitas às escolas de Jardim de Infância e 1º Ciclo do Ensino Básico para verificarem se se encontra tudo a funcionar nas devidas condições e desejarem um bom ano letivo.



VEREADOR MANUEL JORGE VALAMATOS

O vereador Manuel Jorge Valamatos, no âmbito do Plano de Atividades da Divisão de Desporto e Juventude, deu conhecimento da realização das seguintes atividades desportivas, a levar a efeito de 10 a 23 de setembro de 2012:

Atividade/Evento	Local	Dia	Hora
3ª Maratona "No Trilho do Lobo"	Fojo – Rossio ao Sul do Tejo	16 setembro	09h00
Incup – Taça Concelhia Pré-Época Inatel	Campos das equipas participantes e Cidade Desportiva de Abrantes	22 e 23 setembro	16h30
II Duatlo de Abrantes "João Campos" – Taça de Portugal por Terra	Parque Urbano de São Lourenço	23 setembro	10h30



VEREADOR CARLOS ARÊS

O vereador Carlos Arês, no âmbito do encerramento da Escola de São Facundo, ditou a seguinte declaração: - 90056

"Para si, o encerramento da Escola de São Facundo, aconteceu a pedido e insistência da câmara de Abrantes e é um ato hostil à freguesia de São Facundo e a si próprio enquanto vereador.

A conduta da câmara foi politicamente desleal e dissimulada, conduzida de forma intencional na expectativa de alcançar um objetivo político sem que a população de São Facundo pudesse responder em tempo útil, o lamentável envenenado presente no 5º centenário da freguesia de São Facundo".

Na sequência da referida declaração, solicitou que a câmara municipal lhe facultasse o acesso a todos os documentos trocados entre a câmara municipal e a DREL sobre este assunto, nomeadamente, os que a senhora presidente anteriormente citou e além desses, outros que tenham sido trocados entre a câmara municipal e a DREL, sejam eles por ofício, fax ou e-mail.



A Presidente da Câmara procedeu de imediato à entrega de toda a documentação que tinha em seu poder sobre esta matéria, para que não fossem suscitadas dúvidas sobre a veracidade dos factos.



ORDEM DO DIA

(Artigo 87º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de janeiro).

Nº 1 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, do seguinte teor:

"Considerando que a Lei nº 24/98, de 26 de maio, que aprova Estatuto do Direito de Oposição (EDO), assegura às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática aos órgãos executivos das autarquias locais;
Considerando que, nos termos da alínea r) do n.º 1 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5 -A/2002, de 11 de janeiro, compete à câmara municipal no âmbito da organização e funcionamento dos seus serviços e no da gestão corrente dar cumprimento, no que lhe diz respeito, ao Estatuto do Direito de Oposição;
Considerando que, nos termos do referido Estatuto, os órgãos executivos das autarquias locais devem elaborar, no ano subsequente àquele a que se refiram, relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes no referido Estatuto;
Considerando que, de acordo com alínea x) do n.º 1 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5 -A/2002, de 11 de janeiro, compete à presidente da câmara municipal promover o cumprimento do Estatuto do Direito da Oposição e a publicação do respectivo relatório de avaliação;
Proponho a aprovação do Relatório de Avaliação do Direito de Oposição relativo ao ano 2011, em anexo, elaborado em conformidade com o disposto no Estatuto do Direito de Oposição, a remeter aos titulares do direito de oposição nele referidos, para sobre eles se pronunciarem, em cumprimento do artigo 10º, nº 2 do referido Estatuto.
Proponho igualmente a sua publicação no Boletim Municipal e na página da internet do município, após decorrido o período de apreciação pelos titulares acima referidos." - 85118

Deliberação: Por maioria, com os votos contra dos vereadores eleitos pelo PSD, aprovar o Relatório de Avaliação do Direito de Oposição relativo ao ano de 2011, nos termos da proposta apresentada.

Os vereadores eleitos pelo PSD, Santana Maia Leonardo e António Belém Coelho, apresentaram a seguinte declaração de voto:

"Os vereadores do PSD votam contra a aprovação do Relatório da Avaliação do Direito da Oposição, relativo ao ano de 2011, porque é manifesto que continua a não ser respeitado o Estatuto do Direito da Oposição.

AS1
Q1

Além disso, o Boletim "Passos do Concelho" continua a ser um boletim de divulgação e propaganda exclusiva da maioria socialista do executivo camarário, onde até as intervenções e as propostas dos vereadores da oposição são seleccionadas e censuradas pela senhora presidente."



Nº 2 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou o ofício refª 405-436964/XII do Grupo Parlamentar "Os Verdes", datado de 8 de Agosto de 2012, a agradecer o envio do documento sobre a Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso e a enviar a intervenção do deputado José Luís Ferreira, sobre o Programa de Apoio à Economia Local. - 85898

Tomado conhecimento.



Nº 3 - Proposta de Deliberação dos Vereadores eleitos pelo PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, com o título "Em Defesa dos Toiros", propondo o seguinte: - 84311

"A Tauromaquia é não só uma das formas de expressão cultural mais enraizadas no Ribatejo como e a sua imagem de marca.

Além disso, as touradas são, como toda a gente sabe, o único garante da perpetuação da raça dos toiros e da sua qualidade de vida.

Com efeito, não existe um único país que seja criador de toiros em que o destino destes não seja as touradas.

O fim das touradas significaria, pura e simplesmente, a extinção dos toiros.

Sendo certo que, em três ou quatro anos de vida do toiro, não há animal que viva junto do homem que tenha vida que se lhe compare.

Vive em liberdade, em estado selvagem, inteiro.

Basta compará-la com a vida do boi que é feita de sofrimento desde que nasce até que morre: capado, amarrado a uma manjedoura, quase sem espaço para se mexer, engordado a toque de farinhas e hormonas, para morrer ingloriamente, ao fim de 6 meses, num matadouro qualquer e sabe-se lá como.

Defender as touradas é também defender a perpetuação e qualidade de vida dos toiros. Sem esquecer, obviamente, o peso económico que esta atividade tem nas suas diversas componentes, desde a criação seletiva até ao produto final, designadamente na região do Ribatejo, movimentando a jusante e a montante muitos milhares de postos de trabalho.

E, hoje, num tempo de pensamento único formatado em que as turbas fascistas nos querem vestir o colete de forças do politicamente correto, torna-se imperioso que o Município de Abrantes dê voz pelo Ribatejo e pelos toiros.

Pelo exposto, os vereadores do PSD vem apresentar a seguinte proposta, requerendo, desde já, o seu agendamento:

- Declarar a Tauromaquia como Património Cultural e Imaterial de Abrantes;
- Apresentar, no Conselho da CIMT, proposta de teor idêntico para que se declare a Tauromaquia como Património Cultural e Imaterial do Ribatejo." - 84311

AST

Relativamente a esta proposta, a Presidente da Câmara sugeriu que a mesma fosse agendada para uma próxima reunião de Câmara, após ser feita uma compilação de toda a informação sobre tauromaquia, por parte da Divisão de Cultura e Turismo.

CL

Os vereadores eleitos pelo PSD, Santana Maia Leonardo e António Belém Coelho, apresentaram a seguinte declaração:

"Os vereadores eleitos pelo PSD querem deixar claro que a sua proposta para que a câmara declare a Tauromaquia como Património Cultural e Imaterial de Abrantes não é apresentada do ponto de vista do aficionado mas do ponto de vista da defesa dos direitos dos animais.

O direito à perpetuação da espécie é o direito mais elementar de qualquer ser vivo.

Além disso, não aceitamos que a qualidade de vida do toiro seja sacrificada para satisfazer a sensibilidade hipócrita e os caprichos puritanos e pseudo-moralistas dos fundamentalistas pós-modernos.

Como todos sabemos, a Tauromaquia é o único garante da perpetuação da raça dos toiros e da sua qualidade de vida pelo que cabe aos verdadeiros defensores dos direitos dos animais defendê-la contra os grupos fundamentalistas que, disfarçados de defensores dos direitos dos animais, pretendem, apenas, acabar com os toiros e com a sua qualidade de vida.

Nós até podemos compreender que, num país de gente domesticada, castrada e habituada a viver amarrada à manjedoura do Orçamento de Estado, a vida do toiro, livre, selvagem, inteiro, ofenda a sua sensibilidade e a sua vocação.

É óbvio que a vida curta e triste do boi se identifica muito mais com o modelo de vida desta gente.

Mas os alentejanos e ribatejanos nunca se identificaram com este tipo de gente pelo que têm a obrigação moral de defender intransigentemente aquilo que garante a perpetuação da raça dos toiros e da sua qualidade de vida, independentemente de gostarem ou não de touradas.

Por esta razão, muitas câmaras do Alentejo e do Ribatejo já deliberaram reconhecer a tauromaquia como património cultural imaterial dos seus municípios e as câmaras do Alto Alentejo já deliberaram, por unanimidade, reconhecer a tauromaquia como património cultural imaterial do Alto Alentejo, independentemente de terem ou não praça de touros e tradição tauromáquica."

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Divisão Administrativa e de Modernização

Nº 4 - Propostas de Deliberação da Presidente da Câmara e do Vereador Manuel Jorge Valamatos, remetendo para aprovação, e ratificação dos seus despachos de aprovação, a dispensa do pagamento das taxas correspondentes a diversos licenciamentos de atividades, conforme lista abaixo:

Proc.º	Entidade	Evento	Data	Taxa	Valor
83108	Freguesia de São Vicente	Festas anuais de São Lourenço	24,25,26 e 31 de agosto 1 e 2	<ul style="list-style-type: none">• Recinto improvisado;• Ruído;• Autorização para	122,16€

Ata da reunião de -10- de setembro de 2012

AST

CL

			de setembro de 2012	serviços de restauração e bebidas ocasionais; • Afixação de cartazes e atividade.	
85803	Fábrica da Igreja Paroquial de São Vicente	Festas anuais de Senhora da Luz	7,8 e 9 de setembro de 2012	• Recinto improvisado; • Ruído; • Autorização para serviços de restauração e bebidas ocasionais; • Afixação de cartazes.	100,05€
85907	Freguesia de Bemposta	Festa final de verão de Chaminé	7,8 e 9 de setembro de 2012	• Recinto improvisado; • Ruído; • Afixação de cartazes.	37,45€
85978	Sociedade Cultural e Recreativa de Carreira do Mato	Festejos anuais de Carreira do Mato	24,25,26 e 27 de agosto de 2012	• Recinto improvisado; • Ruído; • Autorização para serviços de restauração e bebidas ocasionais; • Afixação de cartazes e atividade.	118,20€
86036	Freguesia de Concavada	Festas Moto Clube Estafa em Concavada	31 de agosto, 1 e 2 de setembro de 2012	• Recinto improvisado; • Ruído; • Afixação de cartazes.	37,45€
86038	Assembleia de Deus de Tomar	Atividade no Parque de São Lourenço	30 de setembro de 2012	• Ruído; • Ocupação via pública.	14,54€
86219	Associação de Festas de Barrada	Festas anuais de Barrada	7,8 e 9 de setembro de 2012	• Recinto improvisado; • Ruído; • Afixação de cartazes.	37,45€
86024	Rancho Folclórico e Etnográfico Casais de Revelhos	XXVI Encontro de Cultura Tradicional	1 e 2 de setembro de 2012	• Recinto improvisado; • Ruído; • Afixação de cartazes.	35,47€
86972	Associação Juvenil Remoinhos D'Água	Convívio de Riomoinhenses	1 de setembro de 2012	• Ruído.	8,87€
86588	Associação Juvenil de Apoio ao Desenvolvimento Local (CISTUS)	Efeito Borboleta	7, 8 e 9 de setembro de 2012	• Recinto improvisado; • Ruído; • Atividade; • Afixação de cartazes; • Distribuição de impressos na via pública.	538,18€
87204	Associação Juvenil, Recreativa e Cultural do Pego	1ª Festa do Final do Verão em Pego	15 de setembro de 2012	• Recinto improvisado; • Ruído; • Afixação de cartazes.	33,49€

Deliberação: Por unanimidade, autorizada a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, conforme lista acima, de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.



Nº 5 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de uma informação da Divisão Administrativa e de Modernização, dando conta que, por lapso, que se constatou na sequência de pedido de esclarecimentos dos Vereadores António Santana Maia Leonardo e António Belém Coelho, a introdução à deliberação da câmara de 21 de maio de 2012 que aprovou a adjudicação e a minuta do contrato de Aquisição de Serviços para Elaboração de Alterações ao Projeto de Recuperação, Remodelação e Ampliação do Convento de S. Domingos tendo em vista a Instalação do Museu Ibérico de Arqueologia e Artes de Abrantes — MIAA — Fase 1, a celebrar entre o Município de Abrantes e JLCG ARQUITECTOS, LDA., estava incorreta relativamente ao montante em causa.

Foi referido na ata o valor de 34.575,73€. Porém este valor não corresponde, de facto, ao valor do contrato, na medida em que (conforme se pode verificar da minuta que foi aprovada) houve um lapso na transcrição para a ordem de trabalhos e para a respetiva ata do valor contratual. Deveria ter constado o valor de 67.485,00€ (n.º 1 da cláusula 2 da minuta do contrato em aprovação), mas apenas foi referido o valor relativo fase 3 – assistência técnica (alínea c1) do nº 4 da cláusula 2 da minuta do contrato em aprovação).

Assim, reconhecendo tratar-se efetivamente de um lapso de transcrição, na medida em que, tendo no processo (PG 64529) como na minuta do contrato que esteve disponível para consulta se pode verificar que o valor da adjudicação é de 67.485,00€ e não de 34.575,73€, sugere-se a retificação do texto introdutório à deliberação relativa ao ponto 9 da ordem de trabalhos da reunião de 21 de maio de 2012. - 87598

Deliberação: Por maioria, com os votos contra dos vereadores eleitos pelo PSD, proceder à retificação do texto introdutório à deliberação relativa ao ponto 9 da ordem de trabalhos da reunião de 21 de maio de 2012, nos seguintes moldes:

Onde consta:

(...) a adjudicação e a minuta do Contrato de Aquisição de Serviços para Elaboração de Alterações ao Projeto de Recuperação, Remodelação e Ampliação do Convento de S. Domingos tendo em vista a Instalação do Museu Ibérico de Arqueologia e Artes de Abrantes – MIAA – Fase 1, a celebrar entre o Município de Abrantes e JLCG ARQUITECTOS, LDA., no valor de **34.575,73€ (trinta e quatro mil quinhentos e setenta e cinco euros e setenta e três cêntimos)**(...).

Passe a constar:

(...) a adjudicação e a minuta do Contrato de Aquisição de Serviços para Elaboração de Alterações ao Projeto de Recuperação, Remodelação e Ampliação do Convento de S. Domingos tendo em vista a Instalação do Museu Ibérico de Arqueologia e Artes de Abrantes – MIAA – Fase 1, a celebrar entre o Município de Abrantes e JLCG ARQUITECTOS, LDA., no valor de **67.785,00€ (sessenta e sete mil setecentos e oitenta e cinco euros)**(...).

Os vereadores eleitos pelo PSD, Santana Maia Leonardo e António Belém Coelho, apresentaram a seguinte declaração de voto:

AS7
21

"A disparidade de valores entre o montante aprovado em reunião de Câmara (34.575,73€) e o valor por que foi efetivamente adjudicada a obra (67.485,00€), ou seja, praticamente o dobro, é demasiado grande para o podermos ratificar. Tanto mais que aquele valor foi aprovado por unanimidade, tendo sido aceite, por todos, como boa a fundamentação que justificava o valor proposto. Pelo exposto, os vereadores eleitos pelo PSD votam contra a presente proposta."



Divisão Jurídica

Nº 6 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 7 de setembro de 2012, a aprovar a minuta do Contrato de Aquisição de Serviços de Circuitos Especiais de Transportes Escolares do Concelho de Abrantes, no valor de 75.615,80€ (setenta e cinco mil seiscientos e quinze euros e oitenta cêntimos), a celebrar entre o Município de Abrantes e a Empresa de Transportes Auto-Penafiel, Lda. - 70367

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho de aprovação da Presidente da Câmara.



Nº 7 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de uma informação do Diretor do Departamento de Administração e Finanças, do seguinte teor:
Por necessidade de implantação de via a sul das parcelas a alienar, a concretização da venda foi possível, após 16 de Julho de 2012. Considerando, porém, a recente aprovação do Regulamento de venda e instalação de lotes/ parcelas no Parque Industrial de Abrantes, na Assembleia Municipal em Junho de 2012, com expressa indicação de menções que devem figurar na escritura, (Vg. artº 6º nº 7), considerando que as deliberações, da Câmara Municipal de 6/2/2012, e de 16/7/2012 e da AM de 27/2 de venda das parcelas no Tramagal a Mitsubischi, por força dos documentos de instrução, fazem remissão para o Regulamento anterior, entretanto alterado e com novo enquadramento, preconiza-se que no texto da escritura constem as menções previstas no nº 7 do artigo 6º do novo Regulamento. Assim, há lugar a reversão pelo valor da alienação, caso a Empresa as não aplique no âmbito do investimento subjacente aos objetivos estimados na deliberação da CMA de 6/2/2012, aplicando-se com as necessárias adaptações o artigo 7º do Regulamento de venda e instalação de lotes/ parcelas no Parque Industrial de Abrantes, considerando-se o prazo global de 15 anos para cumprimento dos objetivos referidos, para efeitos da alínea c) do artigo 6º do Regulamento. O direito de preferência exerce-se nos termos do artigo 8º do Regulamento. Ambos os direitos são obrigatoriamente sujeitos a registo. Sugere-se a aprovação de deliberação na CMA e AM, com as condicionantes referidas em complemento às da Câmara Municipal de 6/2/2012, e de 16/7/2012 e da Assembleia Municipal de 27/2. - 60890

Deliberação: Por unanimidade, aprovar nos termos da informação do Diretor do Departamento de Administração e Finanças e submeter à aprovação da Assembleia Municipal.

Ata da reunião de -10- de setembro de 2012

ADP

CL

Nº 8 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, que remete para aprovação o protocolo de cedência do edifício contíguo ao Centro de Acolhimento do Tejo. - 88208

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a celebração de protocolo, delegando-se poderes na Presidente para a sua assinatura.



Divisão Financeira

Nº 9 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Divisão Financeira, que remete, para aprovação, a 7ª proposta de alteração orçamental 2012, da Câmara Municipal de Abrantes. - 88088

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a referida alteração orçamental, nos termos da informação da Divisão Financeira.



Nº 10 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente à fixação de Derrama para 2013, do seguinte teor:- 87912

"Considerando:

- a) a persistência de um quadro financeiro nacional que apela ao reforço das políticas de contenção e estabilidade orçamental, as quais afetam o crescimento das receitas municipais, designadamente, por via da cobrança de impostos;*
- b) a incerteza sobre a disponibilidade de mais verbas no âmbito do QREN – 2007/2013;*
- c) a necessidade de concluir diversos investimentos em curso e cumprir os respectivos compromissos financeiros já assumidos;*
- d) a necessidade de dar continuidade ao planeamento e à concretização de projetos considerados estruturantes para o concelho;*
- e) a importância de manter o nível de prestação e a qualidade dos equipamentos e dos serviços prestados;*

torna-se imprescindível consolidar a capacidade financeira do Município por via da arrecadação de receitas, nos termos da Lei das Finanças Locais.

Assim, ao abrigo da alínea a) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se que a Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal, nos termos do nº 1 e do nº 4 do artº 14º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, o seguinte:

- a) lançamento de derrama sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), fixando-se o montante em 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC), para sujeitos passivos com um volume de negócios que ultrapasse os 150.000,00€;*
- b) lançamento de uma derrama reduzida, sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), fixando-se o montante em 1,25% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de*

AST
C

Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC), para sujeitos passivos com um volume de negócios que não ultrapasse os 150.000,00€."

Deliberação: Por maioria, com a abstenção do vereador eleito pelo Movimento de Cidadãos "Independentes pelo Concelho de Abrantes", Carlos Arês, e os votos contra dos vereadores eleitos pelo PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, aprovada a proposta apresentada e submeter à aprovação da Assembleia Municipal.

Aos respetivos serviços para procederem em conformidade.

Os vereadores eleitos pelo PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, apresentaram declaração de voto, cujo teor abaixo se transcreve:

"Tínhamos esperança de ver nos considerandos dos pontos 10 e 12 da ordem de trabalhos da reunião de hoje algo como:

«Considerando que

(I) se mantém a persistência de um quadro financeiro nacional que apela ao esforço das políticas de contenção e estabilidade orçamental, as quais afetam o crescimento das receitas municipais, designadamente por via da cobrança de impostos;

(II) existe incerteza sobre a disponibilidade de mais verbas no âmbito do QREN 2007/2013;

(III) se verifica a necessidade de concluir diversos investimentos em curso e cumprir os respectivos compromissos financeiros já assumidos, assim como dar continuidade ao planeamento e à concretização de projetos considerados estruturantes, após uma detalhada análise de custo/benefício dos mesmos efetuada em parâmetros mais exigentes dada a situação referida anteriormente;

(IV) é da maior importância manter o nível de prestação e a qualidade dos equipamentos e dos serviços prestados, assim como não descurar a necessária consolidação e capacidade financeira do Município por via da arrecadação de receitas, nos termos da Lei das Finanças Locais, entendemos que o Município deve dar um exemplo de solidariedade aos seus munícipes, partilhando os sacrifícios que a todos devem ser pedidos, procurando dentro dos parâmetros anteriores minorar dentro das suas possibilidades o esforço financeiro que aqueles já fazem.»

Infelizmente, não foi isto que aconteceu, tendo-se optado por manter os mesmos considerandos de anos anteriores, dando ênfase à consolidação e capacidade financeira do município por via da arrecadação de receitas, nos termos da Lei das Finanças Locais para manter quase tudo como estava.

E digo quase tudo porque, no que respeita à fixação da derrama, existe este ano uma alteração, diferenciando taxas consoante o volume de negócios das empresas.

Recordemos que há dois anos consecutivos que os vereadores eleitos pelo PSD apresentam propostas nesse sentido, tendo recebido críticas contundentes sobre a oportunidade e sobre a exequibilidade técnica das mesmas.

Final parece ser fácil, em termos de derrama, adotar algum do espírito das nossas propostas, embora de forma demasiado tímida para as necessidades que a conjuntura atual exige.

AST
CL

No que nos diz respeito, e tendo sempre em linha de conta a manutenção de um nível aceitável de receitas para os serviços que o Município tem de prestar, para os equipamentos que tem que manter, para os investimentos que entendemos que deve fazer, sem entrar em megalomanias que nos têm saído muito caras, e considerando que a derrama é uma das ferramentas que o Município tem à sua disposição para se diferenciar positivamente, mantemos a nossa proposta de anos anteriores:

- Taxa geral de 1,25%;
- Estabelecimento de taxas reduzidas e/ou isenção em função do volume de negócios das entidades abrangidas e da residência fiscal, designadamente (apresentamos quadro exemplificativo):

Volume de negócios (€)	Taxa de derrama
Até 150 000 €	Isenção
Entre 150 000 € e 500 000 €	1%
Mais de 500 000 €	1,25%

Pelo exposto, os vereadores do PSD votam contra a proposta apresentada para a derrama em 2013."

O Vereador Carlos Arês justificou sua posição de abstenção em conjunto com os pontos 11 e 12, conforme a seguir se refere.



Nº 11 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente aos valores de IMI para 2013, que a seguir se transcreve: - 87912

"Considerando o disposto no artº 53º, nº2, alínea f) da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, no cumprimento do disposto no nº 5 do artº 112º, do Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de Novembro, que aprova o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) e nos termos do estipulado no artº 112º, nº 1, alíneas b) e c) do CIMI, alterado pela Lei nº 64-B/2011, de 31 de dezembro (LOE 2012), proponho que a Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal fixar as seguintes taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis, para vigorarem no ano 2012, sem prejuízo do disposto no artº 112º do CIMI, na redacção conferida pela Lei nº 6/2006, de 27 de Fevereiro, quanto aos Prédios Devolutos:

- a) a incidir sobre Prédios Urbanos – 0,7%
- b) a incidir sobre Prédios Urbanos Avaliados – 0,4%

Os montantes serão liquidados em 2013, com base nos valores patrimoniais tributários dos prédios que constem das matrizes em 31 de Dezembro de 2012, ano a que respeita o referido imposto.

AS
C1

Deliberação: Por maioria, com a abstenção do vereador eleito pelo Movimento de Cidadãos "Independentes pelo Concelho de Abrantes", Carlos Arês, e os votos contra dos vereadores eleitos pelo PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, aprovada a proposta apresentada e submeter à aprovação da Assembleia Municipal.

Aos respetivos serviços para procederem em conformidade.

Os vereadores eleitos pelo PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, apresentaram declaração de voto, cujo teor abaixo se transcreve:

"Neste ponto mantém-se ipsis verbis a proposta apresentada no ano transato. Ora, à semelhança do que já defendemos em anos anteriores, consideramos que a taxa a praticar no referente ao IMI, a fixar num leque de valores indicados por lei, é igualmente uma ferramenta estratégica no âmbito do ordenamento do território e da política de atração de população, com importância e valor estratégico acrescidos face à realidade da perda de população no total do concelho e à desertificação acelerada que se observa nas freguesias de características mais rurais. Ao manter as taxas do IMI próximas dos valores máximos permitidos, continua-se a não ter em linha de conta a conjuntura em que vivemos, mantendo a evolução deste tipo de receita à custa de grande parte das famílias e empresas. Também aqui um sinal de solidariedade da autarquia para com os seus munícipes seria importante e essencial. Concretizando melhor, e dentro das condicionantes já enunciadas relativamente ao ponto anterior, continuamos a propor as seguintes taxas e discriminações positivas:

.Prédios urbanos não avaliados - taxa máxima de 0,6%;

Prédios urbanos avaliados - taxa máxima de 0,35%.

Em ambos os casos, os prédios urbanos situados nas Freguesias de características mais rurais teriam uma discriminação positiva (0,5% e 0,25% respectivamente). Pelo exposto, os vereadores do PSD votam contra as taxas propostas."

O Vereador Carlos Arês justificou sua posição de abstenção em conjunto com os pontos 10 e 12, conforme a seguir se refere.



Nº 12 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, de Participação Variável No IRS a Liquidar em 2014: - 87912

Prevê o artº 20º, nº 1 da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, actual Lei das Finanças Locais, que os municípios, em cada ano, têm direito a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respectiva colecta líquida das deduções previstas no nº 1 do artº 78º do Código do IRS.

[Handwritten signature]
21

Nos termos do disposto no artº 20º, nº2 da referida Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, a participação no IRS pretendida pelo município depende de deliberação e deverá ser comunicada à Direcção-Geral dos Impostos, até 31 de Dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos.

Considerando:

- f) a persistência de um quadro financeiro nacional que apela ao reforço das políticas de contenção e estabilidade orçamental, as quais afetam o crescimento das receitas municipais, designadamente, por via da cobrança de impostos;
- g) a incerteza sobre a disponibilidade de mais verbas no âmbito do QREN – 2007/2013;
- h) a necessidade de concluir diversos investimentos em curso e cumprir os respetivos compromissos financeiros já assumidos;
- i) a necessidade de dar continuidade ao planeamento e à concretização de projetos considerados estruturantes para o concelho;
- j) a importância de manter o nível de prestação e a qualidade dos equipamentos e dos serviços prestados;

Sugere-se que a Câmara Municipal proponha à Assembleia Municipal que delibere fixar em 4,5% a participação variável no IRS a liquidar em 2014, com referência aos rendimentos dos municípios do ano 2013.

Deliberação: Por maioria, com a abstenção do vereador eleito pelo Movimento de Cidadãos "Independentes pelo Concelho de Abrantes", Carlos Arês, e os votos contra dos vereadores eleitos pelo PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, aprovada a proposta apresentada e submeter à aprovação da Assembleia Municipal.

Aos respetivos serviços para procederem em conformidade.

Os vereadores eleitos pelo PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, apresentaram declaração de voto, cujo teor abaixo se transcreve:

*"Neste ponto mantém-se igualmente *ipsis verbis* a proposta apresentada no ano transacto.*

Os vereadores eleitos pelo PSD continuam a defender que a participação variável do IRS, a fixar num leque de valores indicados por lei, configura igualmente uma ferramenta estratégica que dá sinais inequívocos do que se pretende para o futuro de um concelho, como já foi referido, designadamente dentro do padrão de evolução populacional anteriormente referido.

E mantendo de uma forma geral todos os pressupostos já indicados quando da discussão da derrama e do IMI, entendemos que também neste ponto é possível a Autarquia aligeirar a carga fiscal dos municípios, dando um sinal importante de solidariedade em tempo de crise e promovendo uma vertente de melhor qualidade de vida por via do rendimento disponível das famílias.

Quanto à participação variável no IRS, continuamos a defender o estabelecimento da taxa de 4% (devolução aos municípios de 1%) e, caso existam possibilidades técnicas, maior devolução aos agregados familiares com menores rendimentos, face à conjuntura que hoje se verifica e que, aliás, já se verificava no essencial quando a apresentámos pela primeira vez.

Relativamente aos agregados familiares com menores rendimentos, continuamos a defender a devolução de 2% do seu IRS aos agregados familiares com rendimentos anuais inferiores a 25.000€.

Pelo exposto, os vereadores do PSD votam contra as taxas de 4,5% proposta."

O Vereador Carlos Arês justificou sua posição de abstenção nas três votações (pontos 10,11 e 12), com o fundamento seguinte:

"Ponto 10 (derrama do IRC): Abstenção.

O escalão mais baixo deveria ter um Valor superior a 150.000,00 €.

Ponto 11 (Valores de IMI) Abstenção.

Não voto contra por compreender a necessidade de obtenção de receitas para o Município, mas considero que deveria haver um sinal (meio ponto percentual no mínimo) de ajuda às famílias.

Ponto 12 (participação variável no IRS) Abstenção.

Não voto contra por entender a necessidade de obtenção de receitas para o Município, mas considero que deveria haver um sinal (meio ponto percentual no mínimo) de ajuda às famílias."

A Presidente da Câmara explicou que relativamente ao IMI, nesta altura, com o processo em curso, entende ser imprudente fazer qualquer tipo de alteração, porquanto não se sabe o que isso significa e o que vai significar para as pessoas.

Em relação ao IRC, lembrou os senhores vereadores, que a Câmara Municipal já solicitou à Direção Geral de Finanças, para que facultasse o volume de negócio das empresas coletadas no concelho e que aqui deixam os seus impostos, no entanto foi informado, que essa situação é absolutamente confidencial, pelo que não se consegue fazer esse escalonamento, uma vez que não se faz a menor ideia do montante de que se está a falar.



Nº 13 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Chefe de Divisão Financeira, datada de 05 de setembro de 2012, dando conta da necessidade de acréscimo de serviços a contratar no âmbito do procedimento para "Aquisição de Serviços de Segurança e Vigilância para Edifícios Municipais", cujo valor base foi aprovado pela Câmara Municipal em 28 de novembro de 2011 e pela Assembleia Municipal em 16 de novembro de 2011, nomeadamente, vigilância estática para o centro de acolhimento do Tejo e mercado diário, Assim, para os 3 anos de vigência do contrato, o valor agora previsto é 439.873,92€ (quatrocentos e trinta e nove mil oitocentos e setenta e três euros e noventa e dois cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor. - 51759

Deliberação: Por unanimidade, autorizar o pagamento do valor de 439.873,92€ (quatrocentos e trinta e nove mil oitocentos e setenta e três euros e noventa e dois cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor, nos termos da referida informação.

AD7
cl

Submeter à apreciação da Assembleia Municipal, e de acordo com alínea c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012 (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso) e com o disposto na alínea a) do nº 1 e no nº 6 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 08 de Junho.



Nº 14 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, deu conta do ofício de Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda., datado de Setembro de, a informar que nos termos do disposto da alínea d) do nº 3 do artigo 48º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, enquanto Revisor Oficial de Contas, irá remeter ao órgão deliberativo do Município informação sobre a respetiva situação económica e financeira.

Tomado conhecimento.



Nº 15 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Divisão Financeira, que dá conta que existem faturas, dos SMA, vencidas e a vencer a curto prazo, no montante de 758.018,60€, relativas ao fornecimento de água e a comparticipação municipal nas empreitadas realizadas pelos SMA.

Considerando:

a impossibilidade das disponibilidades de tesouraria existentes ocorrerem ao pagamento imediato da dívida municipal aos Serviços Municipalizados de Abrantes;

que o município a 31 de dezembro de 2011 o município de Abrantes tinha pagamentos em atraso no montante de 302.591,90€, verificando-se que este montante tem vindo a aumentar mensalmente, devido sobretudo à conclusão de empreitadas de obras que foram concluídas no primeiro trimestre do ano 2012;

o disposto no artº 7.º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e no artº 14º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, quanto ao atraso nos pagamentos: "A execução orçamental não pode conduzir, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso" e "Para efeitos do cumprimento do disposto no artigo 7.º da LCPA, no final de cada mês os pagamentos em atraso não podem ser superiores aos verificados no final do mês anterior.

o disposto no nº 1 do artº 8.º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, acerca das entidades com pagamentos em atraso: "No caso das entidades com pagamentos em atraso em 31 de dezembro de 2011, a previsão da receita efetiva própria a cobrar nos três meses seguintes prevista na subalínea iv) da alínea f) do artigo 3.º tem como limite superior 75 % da média da receita efetiva cobrada nos dois últimos anos nos períodos homólogos, deduzida dos montantes de receita com caráter pontual ou extraordinário";

o disposto no nº 2 do artº 8.º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, acerca das entidades com pagamentos em atraso: "A aplicação do disposto no número anterior às entidades nele referidas cessa quando estas deixem de ter pagamentos em atraso.";

o disposto no nº 2 do artº 4.º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 junho, "Excluem -se do âmbito de aplicação do número anterior (pagamentos em atraso) ... os montantes objeto de acordos de pagamento desde que o pagamento seja efetuado dentro dos prazos acordado"; propõe-se a celebração de um Acordo de Pagamento, com os Serviços Municipalizados de Abrantes, nos termos da minuta de acordo anexa ao processo. Sobre os Acordos de

Ata da reunião de -10- de setembro de 2012

AS
CL

Pagamento e o seu impacto nos pagamentos em atraso, refere o Manual de Apoio à Aplicação da LCPA no Subsector da Administração Local, publicado em julho de 2012, que os acordos de pagamento visam encontrar uma solução de liquidação para pagamentos em atraso, implicando uma aceitação de uma nova data convencionada para o pagamento, pelo que os montantes objeto do acordo deixam de fazer parte dos pagamentos em atraso, mantendo-se no entanto, como contas a pagar enquanto for cumprido o acordo. Por analogia ao estipulado no artº 18º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, para os Planos de Liquidação, os acordos de pagamento não podem ter um prazo superior a 5 anos, prazo que pode ser alargado até ao limite de 10 anos, desde que 50% da dívida seja paga em prazo não superior a 5 anos.

Propõe-se que o acordo a celebrar tenha o prazo de 3 anos, com início em 2013, apresentando-se o Plano de Pagamentos no Anexo I à minuta de acordo. Tratando-se da assunção de compromissos plurianuais é aplicável o disposto no artº 6º da LCPA, ou seja, é necessária a autorização prévia da assembleia municipal. - 87975

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a celebração de acordo de pagamento com os Serviços Municipalizados de Abrantes, nos termos da informação da Divisão Financeira.

Submeter à apreciação da Assembleia Municipal, e de acordo com alínea c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012 (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso).



Divisão de Recursos Humanos

Nº 16 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de uma informação da Divisão de Recursos Humanos, datada de 5 de setembro de 2012, que dá conta que foi cometido um erro nos procedimentos concursais em curso, nomeadamente na definição das percentagens dos métodos de seleção de a realizar, o que impede o seu normal prosseguimento, pois contraria a disposições legais. - 87891

Assim, sugere a anulação e reabertura, dos seguintes procedimentos concursais à ocupação de 5 posto de trabalho.

- Técnico Superior, licenciatura em Gestão, para a Divisão Financeira;
- 2 Assistentes Técnicos, para a Divisão do Desporto e Juventude;
- 1 Assistente Técnico, para a Divisão Administrativa e de Modernização;
- 1 Técnico Superior, licenciatura em Animação Cultural e Educação Comunitária, para a Divisão de Educação e Ação Social;
- 1 Técnico Superior, licenciatura em Geografia e Planeamento Regional, para a Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística.

Deliberação: Por maioria, com os votos contra dos vereadores eleitos pelo PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, proceder à anulação dos referidos procedimentos concursais, com base nos fundamentos que constam da informação da Divisão de Recursos Humanos.

Atendendo a que os pressupostos legais e funcionais, que estiveram com base na deliberação da Câmara Municipal de 16 de Abril de 2012, se mantêm, proceder a abertura de novo procedimento para preenchimento dos mesmos postos de trabalho, com a devida correção.

Os vereadores eleitos pelo PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, apresentaram a seguinte declaração de voto:

"Apesar de considerarmos que o recrutamento pela mobilidade é o mais adequado, continuamos a defender que não se deverá proceder ao recrutamento de pessoal sem uma séria e coerente alteração do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais e respectivo Mapa de Pessoal, designadamente, onde se preveja a efetiva necessidade de recursos humanos e, muito em concreto, se adequem os conteúdos funcionais às licenciaturas, sempre que este grau seja pretendido.

Pelo exposto, os vereadores eleitos pelo PSD votam contra a presente proposta."

DEPARTAMENTO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

Divisão de Educação e Ação Social

Nº 17 - Proposta de Deliberação do Vereador Manuel Jorge Valamatos, remetendo para aprovação, minuta de protocolo a celebrar entre o Município de Abrantes e o Centro Social Paroquial da Freguesia de S. Miguel do Rio Torto, com vista ao fornecimento de refeições escolares aos alunos do Jardim de Infância e Escola Básica de S. Miguel do Rio Torto e Jardim de Infância de Arreciadas, ao abrigo do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, no valor de 20.944,00€. - 86619

Ainda que a despesa referida signifique um compromisso plurianual, a autorização por parte da Assembleia Municipal prevista na alínea c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012 (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso) está dispensada, de acordo com a deliberação da própria Assembleia Municipal de 29 de junho de 2012, que autorizou a assunção de compromisso plurianuais por parte da Câmara Municipal, a uma vez que a despesa consta das Grandes Opções do Plano.

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a assunção do compromisso plurianual e aprovar a celebração e a minuta de protocolo, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



Nº 18 - Proposta de Deliberação da Vereadora Celeste Simão, remetendo, para aprovação, a minuta de protocolos de colaboração, no âmbito da Componente de Apoio à Família (CAF), a celebrar entre a Câmara Municipal de Abrantes, e a Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola / J.I. António Torrado, a Associação de Pais e Encarregados de Educação da E.B. e J.I. de Chainça, a Associação de Pais e Encarregados de

Ata da reunião de -10- de setembro de 2012

AST
CL

Educação do Oeste, a Associação de Pais e Encarregados de Educação de Alferrarede, a Associação de Pais do Centro Escolar de Bemposta e a Associação de Pais do Agrupamento Escolar de Tramagal. – 87319

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida minuta de protocolo, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para efeitos da sua assinatura.



Nº 19 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de uma Informação do Serviço de Educação, datada de 30 de agosto de 2012, relativa às atividades de apoio à família no Pré-escolar para o ano 2012/2013, remete para renovação os acordos de colaboração com as diferentes entidades parceiras identificadas no quadro anexo à referida informação e onde constam também os montantes previstos, bem como, a aprovação do novo acordo de colaboração para o Jardim de Infância da Escola Básica Maria Lucília Moita. Solicita ainda, que à semelhança dos anos anteriores, a transferência de verbas seja feita no mês subsequente ao da realização das atividades. - 87350

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a renovação e o novo acordo de colaboração para o ano letivo de 2012/2013, relativos às atividades de apoio à família, bem como a transferência de verbas no mês subsequente ao da realização das atividades, nos termos da referida informação que se dá por transcrita.

Submeter à apreciação da Assembleia Municipal, e de acordo com alínea c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012 (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso). Submeter também à Assembleia Municipal a autorização para a celebração de protocolo com juntas de freguesia.



Nº 20 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma Informação da Divisão de Educação e Ação Social, datada de 30 de agosto de 2012, que remete para aprovação, a minuta de protocolo de colaboração, a celebrar entre a Câmara Municipal de Abrantes, e as Juntas de Freguesia de Alvega, Bemposta, Carvalhal, Rio de Moinhos, S. Vicente e Tramagal, para assegurar os transportes escolares para o ano 2012/2013, mantendo-se o valor atualmente em vigor de 0,60€/Km. - 87333

Ainda que a despesa referida signifique um compromisso plurianual, a autorização por parte da Assembleia Municipal prevista na alínea c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012 (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso) está dispensada, de acordo com a deliberação da própria Assembleia Municipal de 29 de junho de 2012, que autorizou a assunção de compromisso plurianuais por parte da Câmara Municipal, a uma vez que a despesa consta das Grandes Opções do Plano.

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a assunção do compromisso plurianual e aprovar a celebração e os termos da referida minuta de protocolo, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para efeitos da sua assinatura, devendo ser submetido previamente à Assembleia Municipal autorização para a celebração de protocolo com as juntas de freguesia.

AST

el

Nº 21 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, que remete para aprovação, a minuta de protocolos, a celebrar entre a Câmara Municipal de Abrantes, e as seguintes entidades do concelho, relativamente às atividades de enriquecimento curricular para os alunos do 1º CEB do concelho de Abrantes, para o ano letivo 2012/2013.: - 87733

- Associação de Pais da EB/JI António Torrado - no montante de 29.904,00€
- Associação de Pais de Alferrarede - no montante de 20.552,00€;
- Associação de Pais de Mouriscas - no montante de 7.476,00€;
- Associação de Pais Oeste - APEOCA - no montante de 11.214,00€.
- Clube Náutico de Abrantes - Expressão Física e Desportiva - no montante de 52.850,00€;
- Orfeão de Abrantes - Expressão Musical - no montante de 9.044,00€;
- Associação Palha de Abrantes - Cinema - no montante de 13.804,00€;
- Grupo de Teatro da Palha de Abrantes - Mov. Drama/Teatro e Dança - no montante de 34.272,00€;
- Associação Crescer - no montante de 8.568,00€.

Deliberação: Por unanimidade, submeter à autorização da Assembleia Municipal assunção do compromisso plurianual, de acordo com o disposto na alínea c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012 (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso).

Aprovar a celebração dos protocolos e as respetivas minutas, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para efeitos da sua assinatura, condicionada à aprovação da assunção do compromisso plurianual por parte da Assembleia Municipal.



Nº 22 - Proposta de Deliberação do Vereador Manuel Jorge Valamatos, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 28 de agosto de 2012, a autorizar a assunção de compromisso plurianual, enquadrada na aprovação prévia aprovada na Assembleia Municipal de 29 de junho de 2012, no montante de 74.990€ (setenta e quatro mil novecentos e noventa euros), para Aquisição de Serviços de Desenvolvimento da Atividade de Enriquecimento Curricular no 1º ciclo - Ensino de Inglês - ano letivo 2012/2013. - 86832

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho do vereador Manuel Jorge Valamat



Nº 23 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 05 de setembro de 2012, que aprovou a adjudicação ao concorrente GERTAL — Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, S.A., o Fornecimento de Refeições para as Escolas do 1º Ciclo e Jardins de Infância do Concelho de Abrantes, pelo valor anual de 300.000,01€, acrescido de IVA à taxa legal. - 70365

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.

AP7
el

Nº 24 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou o despacho do Vereador Manuel Jorge Valamatatos que, na sequência de Informação da Divisão de Educação e Ação Social, datada de 31 de agosto de 2012, acerca do Projeto Mediadores Municipais a decorrer em Abrantes, manteve a continuidade do protocolo, por período de mais um ano, conforme aliás já constava do mesmo. Mais refere que, de acordo com comunicado da Alta Comissária foi reforçada a comparticipação financeira por parte do ACIDI (Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural) neste segundo ano para 75%, sendo que de acordo com o protocolo apenas estava prevista em 50%. - 87438

Tomado conhecimento.



Nº 25 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 06 de setembro de 2012, que aprovou, para Aquisição de Serviços para Circuitos Especiais de Transportes Escolares, a adjudicação dos seguintes lotes:

- Lote 1 - Mouriscas/Cascalhos, Engrenais Fundeiros (s regresso) a Taxis Pita —valor anual de 1.436,50 C, acrescido de Iva à taxa legal;
- Lote 2 - Sanguinheira/Foz (paragem da R. Tejo) a Paulo José Luis - valor anual de 3.211,00 C, acrescido de Iva à taxa legal;
- Lote 3 - Herdade das Tojeiras/Foz (paragem da R. Tejo) a Paulo José Luis - valor anual de 4.478,50, acrescido de Iva à taxa legal. - 85621

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.



Divisão de Desporto e Juventude

Nº 26 - Proposta de Deliberação do Vereador Manuel Jorge Valamatatos, respeitante a uma informação da Divisão de Desporto e Juventude, datado de 27 de agosto de 2012, sugerindo a isenção das taxas devidas pela utilização do estádio municipal, nomeadamente, pista de atletismo, auditório e salas, para a realização de testes com árbitros da Associação de Futebol de Santarém, nos dias 15 de setembro e 05 de outubro de 2012. - 86966

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a dispensa do pagamento das respetivas taxas, no valor de 62,18€ (sessenta e dois euros e dezoito cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 27 - Proposta de Deliberação do vereador Manuel Jorge Valamatatos, na sequência de uma informação da Divisão de Desporto e Juventude, remete para aprovação, o pedido da CCD Estádio Universitário de Lisboa, a solicitar a utilização gratuita do Complexo Piscinas Municipais

AS
cl

de Abrantes, para 20 nadadores, nos dias 14, 15 e 16 de setembro de 2012, para realização de estágio pré-época CCD avançados. – 87798

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a dispensa do pagamento das respetivas taxas, no valor de 187,20€ (cento e oitenta e sete euros e vinte centavos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 28 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma Informação da Divisão de Desporto e Juventude, no âmbito da realização do XIII Grande Prémio de Atletismo Cidade de Abrantes, no dia 25 de Abril de 2012, sugere a atribuição do apoio financeiro no valor de 2.000,00 (dois mil euros), referente a cerca de 61% dos custos da atividade, à Junta de Freguesia de São Vicente. - 82346

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a atribuição de apoio financeiro no valor de 2.000,00 (dois mil euros), referente a cerca de 61% dos custos da atividade, conforme sugerido na referida Informação da Divisão de Desporto e Juventude.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.

DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

Divisão de Manutenção e Transportes

Nº 29 - Proposta de Deliberação do Vereador Manuel Jorge Valamatos, referente à informação nº 62 do Chefe da Divisão de Manutenção e Transportes, datada de 17 de agosto de 2012, acerca do pedido do Rotary Clube de Abrantes, a solicitar a cedência de um autocarro, com isenção do pagamento de taxas, para a realização de uma visita de estudo a empresas do concelho, no âmbito do III Curso de Liderança para jovens entre os 16 e os 22 anos. - 85419

A Presidente da Câmara não participou na discussão e votação, ao abrigo do nº 6 do Artigo 90º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, em conjugação com o Artigo 44º do Código do Procedimento Administrativo.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a dispensa do pagamento das respetivas taxas, no valor de 141,44€, (cento e quarenta e um euros e quarenta e quatro centavos), de acordo com o tarifário em vigor.

AS
21

Nº 30 - Proposta de Deliberação do Vereador Manuel Jorge Valamatos, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 29 de agosto de 2012, que autorizou o empréstimo de 40 grades anti-motim ao Município de Constância, no âmbito da "Volta a Portugal Júnior", levada a efeito no dia 31 de agosto de 2012. - 87175

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho do Vereador Manuel Jorge Valamatos.



Divisão de Projetos e Empreitadas

Nº 31 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, referente à informação nº 145 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 20 de agosto de 2012, acerca da vistoria realizada à empreitada de "Aquapolis - Parque Urbano Ribeirinho de Abrantes, Conceção/Construção de Infraestruturas", adjudicada à sociedade Construtora do Lena, S.A., para efeitos de receção definitiva.

Deliberação: Por unanimidade, aprovado o auto de receção definitiva, devendo proceder-se à libertação das garantias correspondentes ao caucionamento da referida empreitada.

Aos respetivos serviços para procederem em conformidade.



Nº 32 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, referente à informação nº 146 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 20 de agosto de 2012, que remete para conhecimento a insolvência do adjudicatário da empreitada de "Equipamento Complementar à Cidade Desportiva Campo de Futebol nº 3 em Relva Sintética", e sugere que se comunique ao administrador de insolvência que não foram realizadas até ao momento, qualquer ação de manutenção aos referidos equipamentos, concedendo um prazo de 15 dias para realização dos trabalhos.

Mais sugere, o acionamento da garantia bancária nº 00352112, em caso de incumprimento do adjudicatário no prazo concedido.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar nos termos da referida informação nº 146 da Divisão de Projetos e Empreitadas, que se dá por transcrita.



Nº 33 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para conhecimento e aprovação, a Informação técnica n.º 137 de 27 de julho de 2012, a Informação da Divisão Jurídica de 6 de agosto de 2012 e a Informação do Diretor do DAF de 29 de agosto de 2012, acerca da Empreitada de "Construção do Centro de Acolhimento do Tejo - Aquapolis Margem Sul - Abrantes".

AP7

CL

Deliberação: Por unanimidade, tendo em consideração o teor da Informação técnica n.º 137 de 27 de julho de 2012, a Informação da Divisão Jurídica de 6 de agosto de 2012 e a Informação do Diretor do DAF de 29 de agosto de 2012, acerca da Empreitada de "Construção do Centro de Acolhimento do Tejo – Aquapolis Margem Sul – Abrantes" delibera-se o seguinte:

- Seja ratificado e considerado como prorrogação do prazo da empreitada o período relativo aos autos de vistoria elaborados a partir de 18 de dezembro de 2011 até à data da presente reunião da Câmara Municipal;
- Seja adotado o Cenário B constante da Informação técnica n.º 137 de 27 de julho de 2012, devendo, para o efeito, notificar-se o adjudicatário nos termos do n.º 1 do artigo 404.º do Código dos Contratos Públicos, concedendo-lhe um novo prazo para a conclusão dos trabalhos até 31 de dezembro de 2012, devendo o adjudicatário apresentar um Plano de Trabalhos modificado em conformidade com o prazo concedido, desde 17 de dezembro de 2011 até 31 de dezembro de 2012.
- A presente alteração do Plano de Trabalhos e respetivo Cronograma Financeiro deve-se ao facto de as circunstâncias com base nas quais a Câmara Municipal e a sociedade comercial contratada se terem alterado de uma forma anormal, atendendo à grave situação económica do país e em particular do setor da construção civil, que atingiu a sociedade adjudicatária e os subempreiteiros contratados.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 34 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, a Informação técnica n.º 156 de 6 de setembro de 2012 da DPE, validada juridicamente pelo Diretor do DAF, acerca da Empreitada de "Construção do Mercado Municipal de Abrantes".

Deliberação: Por maioria com os votos contra dos vereadores eleitos pelo PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, tendo em consideração o teor da Informação técnica n.º 156 de 6 de setembro de 2012 da DPE, validada juridicamente pelo Diretor do DAF, acerca da Empreitada de "Construção do Mercado Municipal de Abrantes", delibera-se o seguinte:

- Seja aprovado o Cenário A - a suspensão dos trabalhos ao abrigo do artigo 365.º do Código dos Contratos Públicos, desde a data da presente reunião da Câmara Municipal que aprova a suspensão dos trabalhos da empreitada até 10 de dezembro de 2012, período previsível de duração do PER, com caráter excecional, sem prejuízo da ocorrência de alguma circunstância que vier a decorrer durante o período de suspensão.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.

Os vereadores eleitos pelo PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, apresentaram a seguinte declaração de voto:

"Faz no próximo dia 13 de Setembro precisamente dois anos que os vereadores eleitos pelo PSD votaram contra a construção do Mercado Municipal de Abrantes neste local por três ordens de razão:

AP7

CL

em primeiro lugar, porque o Mercado Diário deveria manter-se enquadrado e integrado, ainda que, com outros projetos, no seu local de sempre, por direito e tradição;

em segundo lugar, porque o novo local escolhido é absolutamente desadequado para um mercado deste tipo, tendo em conta que não tem largura, nem profundidade suficiente, para já não falar da sua localização e da dificuldade de cargas e descargas; e

em terceiro lugar, porque é muito difícil de aceitar que seja a própria Câmara a não respeitar a muralha.

Ora, todas as razões por nós invocadas para a não construção do mercado neste local não só se mantêm intactas como entram pelos olhos dentro de qualquer pessoa que por ali passe.

Os vereadores eleitos pelo PSD entendem, assim, que a Câmara deve aproveitar esta janela de oportunidade para colocar um ponto final na triste ideia de construir o mercado municipal naquele local, voltando-o a reinstalá-lo no seu local de sempre, por direito e tradição, e de onde nunca deveria ter saído.

No entanto, caso a Câmara pretenda manter o projeto do Mercado Municipal no novo local, deverá concluir a obra no mais curto espaço de tempo possível, não só porque não há mercado municipal que sobreviva a um encerramento tão prolongado mas também porque os lojistas vizinhos não têm de estar sujeitos a obras municipais de Santa Engrácia que lhes arruinam, por completo, a clientela e retiram valor comercial aos estabelecimentos.

Pelo exposto, os vereadores eleitos pelo PSD votam contra a presente proposta."

A Presidente da Câmara referiu que, o que aqui está em causa, não é imputável ao Município, que tudo fez para que a obra fosse concluída em tempo útil e nunca deixou de efetuar os seus pagamentos atempadamente, pelo que lhe parece descabida, a declaração apresentada sobre este assunto.



Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Nº 35 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou uma informação do SOT/SSIG da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 6 de agosto de 2012, na sequência da questão colocada pelo vereador Carlos Arês, na reunião de 16 de julho de 2012, sobre a recente reclassificação das unidades hoteleiras em alojamento local e as consequências que a contabilização das dormidas deste tipo de unidades, da forma como agora é efetuada, tem para as autarquias.

Anexa igualmente, uma nota sobre monitorização/contabilização das camas turísticas licenciadas após 1/11/2009, face ao limiar da capacidade de alojamento definido no PROT OVT. - 83512

Tomado conhecimento.

ABT

CL

Nº 36 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação do Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo, datada de 10 de agosto de 2012, na sequência do pedido de prorrogação do prazo para requerer emissão de alvará de licença do processo 606/09, referente à construção de ampliação de uma moradia unifamiliar e telheiros, em Pego, Abrantes, sugere a não declaração em definitivo da caducidade da referida licença, fixando-se excecionalmente como data limite, para requerer o alvará de licença e proceder ao pagamento das taxas devidas pelo licenciamento, o dia 31 de dezembro de 2012.

Deliberação: Por unanimidade, não declarar a caducidade da licença referente ao processo nº 606/09, de acordo com a referida informação do Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo, datada de 10 de agosto de 2012, fixando-se o dia 31 de dezembro de 2012, como data limite para requerer o alvará de licença e proceder ao pagamento das taxas devidas pelo licenciamento.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para os devidos efeitos.



Nº 37 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante à informação nº 107/2012 do Serviço Municipal de Proteção Civil, datada de 16 de agosto de 2012, na sequência do pedido de parecer, no âmbito do licenciamento para reflorestação de eucaliptos, solicitado por Portucel – Soporcel Florestal – Empresa de Desenvolvimento Agro-Florestal, S.A..

Tendo em conta a legislação em vigor para o caso específico, nomeadamente o Dec. Lei 139/89, cabe ao município, emitir parecer sobre a ação de destruição do revestimento, aterro ou escavação do terreno uma vez que a área pretendida é superior a 50 Ha.

Por este facto pode emitir parecer para as ações de destruição do revestimento vegetal, que não tenha fins agrícolas, bem como as ações de aterro e escavação que conduzam à alteração do relevo natural e das camadas do solo arável, art.º. 1 alínea a) e b) do Dec. Lei 139/89.

O pedido solicitado compreende a modelação do terreno numa área de 65 Ha, nos prédios sites nas freguesias de Martinchel e Aldeia do Mato, Abrantes, pelo que não vê inconveniente na emissão do parecer favorável para a ação de modelação do solo.

Tendo em conta a legislação em vigor para o caso específico, nomeadamente o Dec. Lei 175/88, cabe ao município emitir parecer para plantação e ou reflorestação, pelo que não se vê inconveniente na emissão do parecer favorável para o ato requerido conforme solicitado pela empresa. - 85788

Deliberação: Por unanimidade, emitir parecer favorável quanto à ação de modelação do solo, nos termos da referida informação nº 107/2012 do Serviço Municipal de Proteção Civil.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.

287

21

Nº 38 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação do Gabinete + Rua, datada de 05 de setembro de 2012, a sugerir que fosse aprovada, à semelhança dos anos anteriores, a majoração de 30% da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) nos imóveis degradados dos Centros Históricos de Abrantes e Rossio ao Sul do Tejo, conforme listagem anexa à presente Informação. - 87910

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a majoração de 30% da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) nos imóveis degradados dos Centros Históricos de Abrantes e Rossio ao Sul do Tejo.

Remeter à Assembleia Municipal para aprovação.



Nº 39 - Em anexo, relação de processos da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, despachados pelo vereador Rui Serrano, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pela Presidente da Câmara.

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ABRANTES

Nº 40 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência do ofício dos Serviços Municipalizados de Abrantes, datado de 05 de setembro de 2012, que remete para aprovação, procedimento pré-contratual para aquisição de eletricidade (MT), no valor máximo de 540.000,00€. - 88128

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o procedimento pré-contratual para aquisição de eletricidade (MT).

Submeter à apreciação da Assembleia Municipal, e de acordo com alínea c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012 (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso) e com o disposto na alínea a) do nº 1 e no nº 6 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 08 de Junho.
e submeter à aprovação da Assembleia Municipal.



Nº 41 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência do ofício dos Serviços Municipalizados de Abrantes, datado de 05 de setembro de 2012, que remete para aprovação, procedimento pré-contratual para aquisição de combustíveis, no valor máximo de 400.000,00€. - 88126

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o procedimento pré-contratual para aquisição de combustíveis.

Submeter à apreciação da Assembleia Municipal, e de acordo com alínea c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012 (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso) e com o disposto na alínea a) do nº 1 e no nº 6 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 08 de Junho e submeter à aprovação da Assembleia Municipal.



Encerramento da Reunião

E não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente declarou a reunião encerrada pelas dezoito horas e vinte e seis minutos.

De tudo para constar se lavrou a presente ata, que se encontra aprovada, inclusive por minuta as deliberações, com exceção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Assistente Técnica a redigiu e também a assina.

A PRESIDENTE DA CÂMARA

A ASSISTENTE TÉCNICA

MUNICIPIO DE ABRANTES

Data : 07/09/2012

Folha : 1

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2012/09/10

PROCESSO			REQUERIMENTO			REQUERENTE, RESIDENCIA	DESCRIÇÃO, LOCAL DA OBRA	DESPACHO, DELIBERAÇÃO		
Tip	Número	Data	Tipo	Número	Data			Número	Tip	Data
04.01	09000043	2009/02/02	RJE	09000748	2009/04/22	0195836871 JORGE MANUEL FERREIRA LUIS CANTO DAS FROIAS, Nº 5 CMOD0010117	CONSTRUÇÃO moradia urbanização das Tangalhanas, lotes 15 e 17	12000298	DSB	2012/08/22
							31.07.2012: Deferido.			

*** processado por computador ***
*** sistemas informáticos ***